

A VIOLÊNCIA DE ESTADO NA BAIXADA FLUMINENSE: AS AGÊNCIAS DAS MÃES E FAMILIARES DE JOVENS ASSASSINADOS

*Giulia Escuri de Souza*¹

INTRODUÇÃO

Diante o lugar em que nasci e cresci se faz necessário, cada vez mais, escrever e debater sobre suas limitações e potencialidades. A Baixada Fluminense² é uma das regiões mais violentas do país. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e do Fórum Nacional de Segurança Pública (FNSP), divulgados em 2018, Queimados obteve a primeira posição em número de mortes de letalidade violenta do Brasil. Foram 134,9 óbitos para cada 100.000 habitantes. Enquanto isso, outros 11 municípios da Baixada estão entre as 100 cidades mais violentas do país. Ao mesmo tempo, floresce muita luta na Baixada. Como tenho observado, ao longo dos últimos anos, têm se desenvolvido grupos e coletivos que se reúnem para fazer arte, discutir violência, memória, justiça racial e tantos outros temas.

Tenho como interlocutoras a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense (Rede³). Seu surgimento se deu no ano de 2005, quando policiais militares e membros de grupos de extermínio assassinaram 29 pessoas entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados. Essa é uma das maiores chacinas já noticiadas na história do Rio de Janeiro. O acontecimento tem muita importância dentro do

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ)

2 Na próxima seção discuto os recortes espaciais da Baixada Fluminense. No entanto, para dar início às análises deste trabalho, tendo a considerar a Baixada como composta por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica e São João de Meriti. Optei por utilizar essa delimitação como forma de simplificar a metodologia deste trabalho, pois muitos órgãos de pesquisa já fazem essa consideração da região.

3 Adoto esta redução do nome do coletivo por dois motivos: simplificar a escrita e a leitura, e por ser chamado desta forma pelas próprias integrantes do grupo.

coletivo, sendo geralmente citado por membros do grupo. Duas integrantes fundamentais para Rede, a Luciene Silva e a Silvania Azevedo, perderam familiares nessa chacina⁴.

A Rede é formada majoritariamente por mães de vítimas da violência do Estado na Baixada. Apesar das mães serem as principais integrantes do grupo, já observei a participação ativa de irmãs e tias. O coletivo conta com profissionais parceiros⁵ que prestam suporte jurídico e psicológico. A Rede está alocada no município de Nova Iguaçu, desde 2017, mas existe uma articulação por toda a Baixada. Além disso, entre as ações que realizam, estão: visitação de mães e familiares de vítimas em áreas periféricas da região; mobilização e articulação de atos públicos pelo direito à memória e justiça; realização de debates e rodas de conversa; exibição do documentário “Nossos Mortos têm Voz”⁶, entre outras.

O objetivo desta pesquisa é analisar os efeitos causados através da perda de um familiar próximo para a violência estatal. A luta dessas mulheres vai além de uma batalha por justiça pelo assassinato dos filhos. Estar na luta é uma forma de sobreviver enfrentando o luto e a devastação na própria vida, além de configurar uma estratégia pela preservação da memória de seus mortos. O luto é um agente modificador das mães e das famílias. Após a morte de um filho ou irmão, a casa não tem mais as conversas animadas de antes, os cheiros e os lugares à mesa nunca mais estarão completamente preenchidos. No entanto, essas faltas não significam um abandono do exercício do parentesco, considerando que as mães continuam exercendo suas maternidades através da luta e da memória.

Pretendo trabalhar a forma particular de lidar com essa dor na Baixada Fluminense. Apesar da Rede ter uma articulação com coletivos de mães e familiares do Rio de Janeiro, existe uma necessidade de atuação

4 Em minha dissertação, refaço o caminho que os assassinos fizeram naquele dia com base em minhas memórias de infância, dos meus familiares e vizinhos, de minhas interlocutoras e dos meios de comunicação. Dado o tamanho reduzido deste trabalho, essa história precisou ser cortada.

5 Uma das maiores relações da Rede se dá com o Fórum Grita Baixada, importante órgão na luta por defesa aos Direitos Humanos no território.

6 O documentário, dirigido por Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, é extremamente relevante para a Rede. Nele, é discutido a violência de Estado na Baixada, tendo as familiares da Rede como interlocutoras.

na Baixada. Conforme as integrantes do coletivo, as distâncias entre Rio e Baixada tornam a luta um pouco mais difícil. Com base no que percebi e analisei em campo, ser mãe, negra e periférica na Baixada Fluminense assume outras dinâmicas que podem não ser frequentes no Rio. Como exemplo, eu noto que a blusa que elas vestem durante atos, com a logomarca da Rede, sempre é trocada por outra roupa nos momentos de dispersão das manifestações. Elas não transitam com a blusa por medo, principalmente, por algumas habitarem regiões que contam com a forte presença de milícias e grupos de extermínio.

Considero que existe uma especificidade da violência de Estado na Baixada Fluminense, e também no modo em como as mães e familiares de vítimas compõem práticas e dinâmicas ante essas violações. Tal como Alves (1998), analiso que na Baixada a violência “ilegal”, ou seja, os grupos de extermínio e as milícias, fazem parte das políticas de Estado. Além da pesquisa de Alves corroborar essa ideia, a Rede traz essa concepção mais ampla do que significa a violência estatal, como as ameaças e a falta de estruturas básicas que permitam uma melhor qualidade de vida. No entanto, diante do contexto das violências e da metáfora de *faroeste fluminense* (ENNE, 2004)⁷ associada à região, a violência policial e de grupos de extermínio ganhou uma grande aceitação ao longo dos anos.

Um estudo publicado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), indica que dos 5 Batalhões de Polícia Militar que mais matam no Rio de Janeiro, 4 estão na Baixada: Queimados, Belford-Roxo, Duque de Caxias e Mesquita. Outro trabalho lançado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), que coletou informações do ano de 2010 a 2015, aponta que a taxa de letalidade violenta – homicídios dolosos, mortes decorrentes de intervenção policial, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte – foi de 80 mortes para cada 100 mil habitantes na Baixada Fluminense, enquanto na cidade do Rio de Janeiro ficou em torno de 40 para cada 100 mil. Desses dados, a quantidade de mortes decorridas de atos de resistência é de 672 negros, para 145 brancos, ou seja, 82,3% dos atingidos por esse tipo de morte são negros.

⁷ O trabalho de Ana Lucia Enne (2002) é excelente para entendermos sobre a exaltação de grupos de extermínio na Baixada Fluminense, cujo os integrantes chegaram a ser noticiados pela imprensa como os homens de ouro, além do estigma associado à violência intensa e à pobreza no território.

Com base nessas mortes crescentes na Baixada Fluminense, percebemos o extremo valor da vida e das desigualdades. Agamben (2002) nos oferece uma análise acerca da produção de uma vida “*matável*, porém *insacrificável*”. Essa vida corresponde à *zoé*, vida nua, que seria o fato de estar vivo, ao contrário da vida plena que corresponde a uma presença social no mundo, a *bios*. De acordo com Agamben, a *biopolítica* moderna define continuamente a fronteira entre o que separa o que está dentro do que está fora.

A ‘vida indigna de ser vivida’ não é, com toda a evidência, um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo: é sobretudo um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável e insacrificável do *homo sacer*, sobre o qual se baseia todo o poder soberano (AGAMBEN, 2002, p.148).

Sendo assim, o poder da *biopolítica* moderna está também na produção da vida nua. Dessa forma, a diferenciação entre uma vida digna de direitos e da outra que não é, torna-se parte fundamental para a criação da operação *biopolítica*, de modo a elaborar quais vidas não valem a pena. Podemos observar a prática desse conceito nos dados trazidos, com a taxa de assassinatos na Baixada Fluminense duas vezes maior do que no Rio de Janeiro.

PANDEMIA

Não só esse trabalho foi cortado pela pandemia de covid-19, como também a vida da minha família, das minhas interlocutoras e as dinâmicas da Baixada Fluminense. Acredito que este trabalho seria incompleto se não levasse em conta os efeitos da covid-19 nas periferias. Desse modo, tenciono analisar brevemente o cenário pandêmico na Baixada para na sequência relatar como minha metodologia e trabalho de campo foram impactados.

Os casos de coronavírus tiveram início nos bairros de classe média, mas não demorou muito para que a covid-19 atingisse as periferias⁸. Sendo assim, de acordo com uma nota técnica lançada pelo Ipea, que analisou os aspectos socioeconômicos da doença até julho de 2020,

8 De acordo com Batista et al. (2020), o espalhamento da doença de fato se deu das regiões mais para as menos desenvolvidas.

existe uma taxa maior de letalidade nos bairros menos desenvolvidos do Rio de Janeiro. Como mostra a tabela disponibilizada pelo documento, naquela época os bairros que compunham o grupo com menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS) possuíam 6.210 casos para 1.219 mortes, já o agrupamento com maior IDS englobava 14.510 casos para 1.455 óbitos. Ou seja, existe uma maior letalidade nas populações mais pobres da cidade.

Em 2021, no início do mês de abril, 21 municípios foram considerados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) como de alto risco para o coronavírus. No topo da lista estavam quatro municípios da Baixada Fluminense: Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis e Queimados. Em janeiro daquele ano, quando a SES ainda divulgava⁹ a quantidade de óbitos e casos de covid no estado, apurei que a taxa de mortalidade do vírus em São João de Meriti chegava a 11,6% e de Nova Iguaçu a 8,9%, enquanto a da cidade do Rio de Janeiro estava em 9%.

Se a porcentagem de negros assassinados pelo Estado é alta, a quantidade de mortos pela covid não é diferente. O vírus consegue expor a desigualdade racial brasileira. Segundo a pesquisa do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio, 55% de pessoas negras falecem devido ao coronavírus em relação a 38% de brancos. Em relação à vacinação, a Publica apurou que 3,2 milhões de pessoas brancas receberam a primeira dose da vacina, contra apenas 1,7 milhão de pessoas negras.

Essa crise sanitária nos revela, conforme Magalhães (2020), a dimensão das desigualdades urbanas que se atravessam e se acumulam ao longo do tempo. Além disso, como o autor escreve, a suposta ineficiência do Estado para lidar com o combate aos efeitos do coronavírus nas favelas e periferias “não se deve apenas a uma gestão ineficiente ou à incompetência dos administradores, mas se caracteriza pelo modo mesmo como se efetiva o governo dos pobres” (MAGALHÃES, 2020, p.5). Desse modo, a *necropolítica* é viabilizada. Sendo assim, perce-

9 A não divulgação de dados sobre a covid-19 pelo Estado é recorrente desde o início da pandemia. Os boletins que a SES que divulgava semanalmente desde maio de 2020 com a quantidade de óbitos e casos, não estão mais disponíveis no site da Secretaria. Apesar de se tratar de ficção, Gabriel García Márquez (2020) fala que a pandemia de cólera tratada em seu livro “Amor nos Tempos de Cólera” era difícil de ser mensurada, não pela dificuldade de estabelecer o número de casos, mas, pelo pudor às próprias desgraças.

bemos não apenas altas taxas de mortalidade em alguns municípios da Baixada Fluminense, mas também o modo de se fazer condições necessárias à vida durante a pandemia.

METODOLOGIA

Minha entrada no mestrado foi em 2019, no entanto, já estava no campo desde 2018. Naquela ocasião, analisava a chacina da Baixada Fluminense para compor o meu Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo. Para isso, estive presente em exposições do documentário “Nossos Mortos Têm Voz” e acompanhei algumas rodas de conversa em que as integrantes da Rede estavam presentes. Com meu acesso ao mestrado, tentei fazer uma entrada no campo com certa naturalidade, estando presente em atos e reuniões públicas.

A única entrevista que realizei nesse primeiro momento não foi individual, mas em tom de conversa, sem gravador e anotações extensas. Conversei com duas mães: Luciene Silva e Nívia Raposo, sobre como a Rede funcionava e qual era a história do coletivo. Presencialmente, acompanhei uma reunião aberta do Fórum Grita Baixada, da qual algumas mães participaram, além da caminhada do dia 31 de março de 2019¹⁰ e da mobilização do Dia de Finados. Também organizei uma exibição do documentário “Nossos Mortos Têm Voz”, em parceria com Luciene Silva e Sylvania Azevedo, em uma disciplina ministrada pela professora Alessandra Rinaldi, na qual eu estagiava.

Naquela época, em que aglomerações e abraços não significavam contágio pela covid-19, acreditava que meu trabalho seria escrito por meio de percepções nas pequenas subjetividades que se mostravam de forma mais descontraída, do que em entrevistas formais com respostas objetivas. No início de 2020, com a explosão do coronavírus no país, busquei evitar desconfortos na minha relação com minhas interlocutoras que, assim como eu, estavam enfrentando situações que potencializam a ansiedade e a depressão, como a contaminação, o isolamento, a morte de pessoas próximas e a doença.

Sendo assim, optei em não realizar entrevistas por chamada de vídeo ou telefone. Em primeiro plano porque acreditava que seria

10 Desde 2005 até 2019, as mães e familiares percorriam o trajeto feito pelos policiais no dia da chacina da Baixada.

extremamente difícil captar análises sobre o luto, memórias e estratégias de enfrentamento contra o Estado através da tela. Além disso, em face de tantos óbitos na Baixada Fluminense poderia ser muito desconfortável, em ambas partes, falar sobre perdas. A pandemia não passou ou melhorou, muito pelo contrário, no entanto, o tempo para a produção da pesquisa não foi pausado.

Assim, comecei a acompanhar postagens e *lives* do coletivo nas redes sociais. Entretanto, não me senti segura em escrever a pesquisa apenas com esses materiais. Deste modo, optei em realizar entrevistas por videochamadas pelo Google Meets. Apesar de achar que elas fossem sentir dificuldade para acessar a plataforma, mostraram-se ágeis para acessar a chamada, pois muitos de seus compromissos da militância já tinham passado para o virtual.

Como a metodologia havia mudado para as entrevistas e tudo acontecia ainda pelo virtual, precisei escrever e reescrever perguntas que fossem sensíveis às dores causadas pelo luto da perda de um filho e ao momento em que vivíamos. Tinha muito medo de desencadear algum gatilho, por isso, evitei entrar no tema da morte dos filhos e ainda estava aberta a retirar alguma pergunta do roteiro ou alterar a ordem, caso sentisse que a interlocutora estivesse desconfortável ou abalada.

A escolha das interlocutoras foi feita, na maior parte das vezes, por meio de indicações que eu pedia a elas ao fim da entrevista. Foram seis entrevistadas por videochamadas, todas mães de vítimas. Luciene foi minha primeira entrevistada, em agosto de 2020. A conversa durou quase duas horas. Luciene Silva é uma das fundadoras da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, sua militância começou em 2005, a partir do assassinato de seu filho Raphael, 17 anos, na chacina da Baixada em Nova Iguaçu. Em sequência pedi que ela me indicasse a próxima integrante da Rede.

Desse modo, em setembro conversei com Ilsimar de Jesus, que me indicou Elisabete Farias. Ilsimar teve o filho Victor Hugo de Jesus Pires, 17 anos, assassinado junto com o filho de Elisabete, Vitor Oliveira, 18 anos, por policiais militares em 17 de junho de 2018, em São João de Meriti. Enquanto a conversa com Ilsimar foi muito emotiva e durou bastante tempo, precisando, inclusive, cortar perguntas que havia preparado, com Elisabete foi diferente. Ela havia extraído alguns dentes no

dia anterior. Apesar de ter perguntado se preferia adiar, ela optou por manter o dia combinado.

Depois, tentei marcar com Silvania, já que nos conhecemos no ano anterior, 2019, e eu tinha seu contato. Marcamos cerca de cinco vezes e só conseguimos conversar, por um acaso, alguns dias antes de fechar a dissertação. As desmarcações foram feitas por causa dos graves problemas de saúde que ela adquiriu após a perda do irmão Renato, na chacina da Baixada em Queimados. Assim como Luciene, ela foi uma das primeiras articuladoras da Rede.

Como a entrevista estava difícil de sair, enviei uma mensagem para Nivia, que também havia conhecido anteriormente. Levei dois meses para conseguir agendar um horário, pois ela participa ativamente de muitos grupos de militância. Ela perdeu seu filho Rodrigo Tavares, de 19 anos, em outubro de 2015. O jovem foi assassinado em frente ao portão de casa a mando de milicianos do seu bairro em Nova Iguaçu. Em sequência, conversei com Rozinete Santana, indicada por Luciene.

A entrevista com Rozinete foi breve e ela falou muito pouco sobre seu filho Vitor, assassinado aos 22 anos em Duque de Caxias. Acredito que se tivesse perguntado, ela teria respondido, no entanto, optar por não vocalizar a dor narrando esse acontecimento trágico, é um dado considerável para este trabalho. Por último, em janeiro, entrevistei Joseane Martins, indicada pela Rozinete. Apesar da conversa com Joseane ter durado quase duas horas, ela também falou muito pouco sobre seu filho Daniel, assassinado por policiais milicianos em 2018.¹¹

Desse modo, diante a pandemia de covid-19 que enfrentamos, esse trabalho foi realizado em dois períodos diferentes e por meio de duas metodologias. Em 2019, ano da minha entrada no mestrado, acompanhei atos, reuniões e realizei uma entrevista com Luciene e Nivia. Já em 2020 e em 2021, realizei entrevistas por chamadas de vídeo através do aplicativo Meet do Google e acompanhei postagens e *lives* nas redes sociais. A partir disso, realizo uma etnografia da Rede de Mães e Familiares de Violência do Estado na Baixada Fluminense.

11 Não poderia deixar de trazer neste trabalho uma atualização sobre as mães. Tanto Luciene, quanto Joseane, perderam mais filhos para a violência de Estado durante o ano de 2022. Luciene sobrevive ao assassinato de Raphael e Ronnie, enquanto Joseane ao de Daniel e Davi.

Além disso, é importante localizar o meu local de fala nessa pesquisa. A chacina da Baixada também marcou a minha vida. Aos oito anos de idade, ouvi o som do carro e dos tiros em uma rua muito próxima a minha. Os policiais, que percorreram vários quilômetros nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, deixaram 12 mortos nas ruas Gama e Geni Saraiva, que ficam a poucos metros da minha casa.

Moro nesse bairro a vida toda. Cresci tomando banho de mangueira no quintal com meu irmão, ou mergulhando na piscina de plástico montada pela minha mãe nos dias mais quentes do verão. A lembrança do bairro que minha avó viu crescer na década de 1960, quando se mudou para cá, não se encaixa na sua versão atual. O centro do bairro conta com supermercado, pizzarias, farmácias, e o que mais couber. Enquanto carros passam anunciando produtos. Todos os sábados, há mais de uma década, passa o “moço do cloro”, como ele se intitula no alto-falante sobre o carro, que anda abarrotado com garrafas pets para reciclagem e outras tantas cheias de cloro ou desinfetante colorido. Em outros dias passa a Kombi das frutas, com caqui, banana, jambo e o que mais estiver na estação. Ainda se tem o hábito de sentar na calçada e observar o movimento da rua, saber da vida dos vizinhos e fofocar. As minhas memórias e vivências sobre o bairro e o município em que cresci não fazem, contudo, que a região seja ideal.

Em sua tese Ana Lucia Enne (2002), buscou estudar a relação entre a memória e a história em uma construção das identidades sociais, percebendo o modo em que ela se relaciona com a Baixada Fluminense. Dessa forma, Enne (2002) notou, por meio de seus interlocutores, uma busca por identidades positivas para a região, confrontando as narrativas estigmatizantes da mídia, ao mesmo tempo em que existe um movimento de fala dos moradores que a associam à uma terra “sem lei”, violenta e miserável. Sendo assim, com base na autora, devemos considerar a Baixada em um processo polissêmico, com uma produção múltipla de sentidos. Dessa forma, o meu objetivo não é desenhar uma Baixada Fluminense idealizada em minhas histórias de infância romântica, tampouco fortalecer o discurso usado pelos meios de comunicação que rotulam o território como *faroeste*.

1. PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: A ESPECIFICIDADE DA REDE DE MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DO ESTADO NA BAIXADA FLUMINENSE

Na conversa que tive com a Nivea e a Luciene em 2019, pedi que elas me explicassem qual era a diferença da luta das mães e familiares das periferias do município do Rio de Janeiro para as da Baixada Fluminense. Para me explicar, elas me relataram o modo de como uma das suas amigas teve o filho assassinado.

Minha amiga que já era militante, teve o filho assassinado dentro de casa por policiais militares. Como ela já era conhecida no bairro pelo trabalho que fazia, os vizinhos tentaram parar os policiais para que não matassem seu filho e ligaram para ela. Quando ela chegou o rapaz já estava morto em frente à sua casa, no calor do momento não conseguiu ver os nomes e nem os rostos dos policiais, mas fez com que eles não removessem o corpo. Inclusive, um político (que já foi prefeito) interveio para não deixar que os policiais levassem o corpo do menino. Eles sumiram com o corpo dos outros dois meninos que mataram, mas não com o do filho dela. No dia que ela devia ir à delegacia denunciar o caso e registrar, os policiais foram encapuzados na sua casa e ameaçaram sua família e seu caçula. Ela teve que ir à delegacia e assinar que o filho tinha sido morto por ter trocado tiros com a polícia (Luciene).

O relato que me foi contado é muito potente para pensarmos em uma série de questões relacionadas ao Estado e as suas práticas “extra-legais”. De acordo com Alves (1998), a privatização da violência na Baixada não acontece de maneira infrapolítica, mas intrapolítica. Com base no autor, analisamos que os elevados índices de violência na Baixada não ocorrem para preencher um vazio de atores e relações sociais enfraquecidas, mas na união “do poder e do Estado em empresas bem-sucedidas de violência privada e ilegal” (ALVES, 1998, p.24). Portanto, cabe a um político intervir para que o corpo de um jovem não seja levado pelos matadores. Ao mesmo tempo em que a casa da mulher é posteriormente invadida para que ela conte na delegacia uma história completamente diferente como condição de proteger seu outro filho.

Segundo Das e Poole (2008), as margens são espaços onde os direitos sobre a vida e a morte são experimentados de modo potencial. Assim como elas analisam a definição de Agamben, na qual a *vida nua* estaria localizada nas margens através da produção de corpos assassinaíveis. No entanto, a soberania de Estado estaria subjugada à figura da polícia ou poder local. “Estas figuras gozam de certa imunidade jurídica precisamente porque estão configuradas como existindo por fora ou com autoridade da lei” (DAS, POOLE, 2008, p.29). Adaptando o estudo das antropólogas à realidade da margem no Rio de Janeiro, podemos relacionar o poder do Estado, às milícias e grupos de extermínio, que atuam na Baixada de modo mais intenso desde a Ditadura Militar.

Em 31 de março de 2019 aconteceu a caminhada anual da chacina. Nesta ocasião as mães e familiares refizeram o caminho feito pelos atiradores daquela noite de 2005 em Nova Iguaçu¹². Em cada ponto onde uma vítima foi feita, elas paravam, faziam um breve discurso e gritavam seus nomes. Em seguida foram soltos fogos por alguns apoiadores presentes. Um carro de som, que em alguns momentos tocava músicas, era seguido por um grupo de mães que vestia o uniforme da Rede, blusa branca, com o símbolo de um coração que chora, feitos por mãos: uma branca e uma negra, outras vestiam blusas com fotos e o nome dos filhos. Elas também seguravam um banner com fotos de seus filhos, atrás delas outras pessoas seguram uma placa que se assemelham àquelas com nome de rua¹³ escrito: “Nossos Mortos têm Voz. (31.03.2005). Homenagem às 29 pessoas assassinadas na chacina da Baixada Fluminense e às Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado”. Também foram distribuídos lírios brancos, que eram deixados no chão onde as vítimas foram feitas. A caminhada em muitos momentos se assemelhava a uma procissão¹⁴.

12 Essa foi a última caminhada realizada. Com a pandemia em 2020 e 2021, ela precisou ser cancelada. Em 2022 também não foi realizada devido a conflitos entre a própria Rede. Esse percurso era feito pelos familiares desde o ano posterior a chacina, 2006.

13 A placa é feita em referência à de Marielle Franco, que foi quebrada em 2018, pelos então candidatos à deputado estadual e federal, respectivamente, Rodrigo Amorim (PSL) e Daniel Silveira (PSL) em uma atitude criminosa durante um comício do candidato, na época, à governador do Estado Wilson Witzel (PSC).

14 A caminhada e o símbolo que ela carrega em relação à memória será aprofundada no último item deste trabalho.

Apesar de parte da caminhada acontecer bem próxima à minha casa, aquela foi a primeira em que estive presente. Já havia entrado em contato com algumas mães antes, por meio das exposições do documentário “Nossos Mortos têm Voz”, mas aquela foi minha primeira ida a campo após ter iniciado a pesquisa de mestrado. Como pude perceber nas diversas falas que foram feitas durante o ato, havia muito enfoque na condição de habitar a Baixada Fluminense. Percebo isso de forma mais clara no discurso de Luciene ao microfone.

Não é só perder um filho, ninguém quer perder um filho, ninguém quer perder um amigo, ninguém quer perder um familiar, porque quando uma pessoa é assassinada todo um ciclo, uma comunidade é afetada, independente de que seja familiar. Nossos filhos têm os amigos que crescem dentro da nossa casa, no meu bairro é assim. Quantos jovens crescem dentro da nossa casa, a gente tira foto e hoje em dia só tem a lembrança, só tem a foto? Porque foram assassinados, e isso é na Baixada inteira, é todos os dias. A gente não pode achar normal, não é uma caminhada de gente que não tem o que fazer, mas de pessoas que lutam por direitos, luta por todos, luta por uma Baixada melhor, porque a gente é exterminado de diversas formas: é sem saúde, é sem educação, é sem saneamento, pelo não investimento, por ameaça, são diversas formas. É por falta de acompanhamento de saúde mental que as pessoas se perdem, quando a gente não tem acompanhamento, os espaços que deveriam nos acolher são muito precários, porque não há investimento. É o assassinato, é o extermínio, é a dor e a gente não vai calar. A gente está aqui para falar sobre isso, é uma luta por todos, é por familiares, mães e amigos. Não é normal a gente ver os nossos filhos sendo exterminados e nós sabemos que são os jovens negros que são os pobres da Baixada Fluminense, que são eliminados todos os dias e ainda passa na televisão com rótulo, porque não dão nem nome. Se é um morto na Zona Sul ele tem um nome e um sobrenome, um endereço, mas um morto na Baixada não, é um suspeito. E nós somos um sujeito de direitos, queremos os nossos direitos porque contribuimos para isso, não é normal ver corpo estirado e nunca vai ser. Obrigada, desculpa. (Luciene)

A fala de Luciene me chama atenção em pontos muito importantes. O primeiro é pela falta de assistência aos familiares. Conforme conversamos, meses após ao ato, essa assistência não é entendida como *reparação* pelo Estado. Apesar de existir um movimento pelo pagamento das pensões, a Rede, enquanto coletivo, afirma que não é uma luta por *reparação*, porque a dor é impossível de ser reparada. No entanto, elas buscam por uma política de redução dos danos causados a partir do assassinato de um parente, que inclui como uma das medidas principais o atendimento psicossocial, que deve ser realizado com um profissional capacitado para lidar com esse tipo específico de trauma.

A segunda parte que me atento é quando ela diz que “se é um morto na Zona Sul ele tem um nome e um sobrenome, um endereço, mas um morto na Baixada não”. O que me remete à minha pesquisa anterior, de monografia em Escuri (2018), quando percebi que a notícia da chacina da Baixada só foi dada na terceira edição do jornal O Globo em 1 de abril de 2005 na página 19, em uma pequena matéria na sessão de obituários, apesar do jornalista reconhecer no texto que aquele era o maior atentado do Estado em número de mortes desde o de Vigário Geral. Apenas no dia 2, a chacina ganha foco, sendo capa do jornal. No texto da manchete, o seguinte fragmento salta aos olhos: “a intenção do grupo foi provocar o terror: só duas das vítimas tinham antecedentes criminais; as outras 28 eram crianças, estudantes, comerciantes e trabalhadores”. (ESCURI, 2018, p.54).

Tanto a frase da mãe que denuncia a existência de um *valor* na vida que é perdida na Zona Sul em contraste com a da Baixada, quanto o que o jornal nos mostra, que vidas só passam a ser dignas de luto se não possuem antecedentes criminais, remetem às análises de Foucault (2005) e Fassin (2009). Foucault (2005) analisa uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX: a complementação do direito de soberania. Portanto, enquanto o soberano tinha o direito de “fazer morrer ou deixar viver”, o Estado passa a ter o poder em “fazer viver e deixar morrer”. O direito do soberano se dava na seguinte forma, ao ponto que ele podia matar, passava a exercer seu direito sobre a vida dos indivíduos. Na modernidade, o problema se dá na medida em que ascende uma nova tecnologia do poder, que em vez de tentar reger a multiplicidade dos homens como corpos individuais, que deviam ser vigiados, treinados, utilizados e eventualmente punidos, o Estado

passa a se dirigir a essa multiplicidade de corpos como uma massa global, inaugurando a *biopolítica*.

Desse modo, Foucault (2005) passa a se questionar acerca do racismo, pois: como essa tecnologia do poder vai exercer o direito de matar e a função do assassinio enquanto o poder de soberania recua ao passo que o *biopoder* disciplinar e regulamentador avança? Como resolução do conflito, Foucault percebe que o racismo de Estado se estabeleceu da seguinte forma no *biopoder*: primeiro em um domínio biológico, tratando uma população como uma mistura de raças, ou seja, uma espécie, fragmentando-a e fazendo censuras ao biológico. Em segundo lugar, foi posto na medida em que a morte do outro garante a segurança pessoal de alguns, “a morte da raça ruim, da raça inferior, vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005, p. 305). Dessa maneira, a teoria de Foucault apresentada nos permite pensar sobre não só a postura do O Globo, que avalia as mortes daqueles que tinham antecedentes criminais em oposição às “crianças, estudantes, comerciantes e trabalhadores”, mas também à larga associação da figura dos “matadores” à ideia de “limpeza” da sociedade.

Entretanto, Fassin (2009) tece uma crítica a essa teoria de Foucault, propondo uma alteração dos termos *biopolítica* e *biopoder* por, respectivamente, *políticas da vida* e *biogitimidade*, como forma de mostrar que as políticas fazem a vida, no singular e no plural, não apenas em um sentido de tecnologias de poder, estratégias e táticas. “É também uma questão sobre a maneira concreta nas quais indivíduos e grupos são tratados, sob quais princípios e em nome de quais morais, implicando nas desigualdades e não-reconhecimentos” (FASSIN, 2009, p.57, tradução minha)¹⁵. Portanto, as *políticas da vida* pensam além da *biopolítica* de Foucault, ao atribuir na soma das tecnologias do poder, os valores e os significados das vidas.

A discussão apresentada anteriormente sobre “fazer viver e deixar morrer” em Foucault (2005), abre mais brechas para a crítica de Fassin (2009). Considerando o valor e o significado de cada vida, *fazer viver* carrega implicitamente escolhas. Para o autor, essas escolhas estão no âmbito da saúde, da educação e dos programas de emprego e moradia,

15 “It is also a question of the concrete way in which individuals and groups are treated, under which principles and in the name of which morals, implying which inequalities and misrecognitions”

que são políticas sociais que impactam de forma concreta e mensurável a expectativa de vida e a duração dela. Dessa maneira, “disparidades nas taxas de mortalidade não são apenas dados estatísticos, elas significam diferenças nos valores atribuídos às vidas” (FASSIN, 2009, p.53, tradução minha)¹⁶. Dessa forma, as diferentes taxas nos índices de letalidade violenta na Baixada Fluminense em comparação com outras partes do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo a quantidade de mortos negros em relação aos brancos dentro da estatística, nos permitem analisar esses diferentes modos de atribuição do *valor* das vidas.

Ilsimar vive o luto por ter tido um filho assassinado por causa da cor de sua pele. Victor Hugo de Jesus Pires de 17 anos, foi morto junto com o amigo Vitor Oliveira de 18 anos, por estarem pilotando uma moto sem capacete. Para a polícia, os jovens pareciam “suspeitos”, o que serviu de justificativa para serem baleados antes de tentarem se apresentar. O tema do racismo na Baixada Fluminense foi recorrente durante a entrevista que realizei com Ilsimar ao fim de 2020.

Minha luta é pelo nosso direito de viver, dos nossos filhos viverem, **das famílias negras viverem**. De nós, moradores de periferia, temos o direito de viver. Não é porque a Baixada Fluminense é tão esquecida pelas leis, que nós não temos direitos de viver, então é uma luta todos os dias. (Ilsimar de Jesus)

Além de lidarem com o racismo de Estado, essas famílias vivem em territórios marcados pelas dinâmicas das milícias, do tráfico e dos grupos de extermínio. Ao fim de um ato da Rede que acompanhei, no Dia de Finados de 2019, notei a troca de camisas antes de irem embora. Silvania que vestia o uniforme da Rede, rapidamente tirou a camisa, ficando com uma segunda blusa que estava por baixo da primeira, para pegar o ônibus e ir para casa. Notei outras integrantes fazendo o mesmo outras vezes. Em uma conversa, Luciene contou que o ato de trocar a camisa serve como uma atitude de proteção, já que muitas residem em territórios dominados pela milícia. Dessa forma, elas não se arriscam a caminhar sozinhas pela rua com a blusa que denuncia a violência de

16 “Disparities in mortality rates are not only statistical data, they mean differences in values attached to lives”.

Estado, pois sentem medo de sofrer ameaças ou ser reconhecida por esses grupos.

Nivia foi criada e criou seus filhos em um bairro em Nova Iguaçu com a marcante presença dos *matadores*. Seu filho, Rodrigo Tavares de 19 anos, foi morto por um miliciano que é conhecido por todos onde mora. Ela apontou que a diferença da Baixada para as favelas é da proximidade de relações com o assassino.

Diferente das favelas, eu sempre falo isso, o nosso maior inimigo é o nosso vizinho, ele mora perto. Eu tenho que ver a pessoa, ele sorrindo, fazendo churrasco, tirando dinheiro das pessoas. Eu vejo ele fazendo as mesmas práticas que fazia antes. Agora ele está com medo, porque os amigos tão todos morrendo, foi morar em Jacarepaguá.
(Nivia Raposo)

Não basta para Nivia saber que o assassino de seu filho está impune, ela ainda foi obrigada a vê-lo vivendo tranquilamente. Apesar de ela morar no mesmo bairro em que o miliciano que matou seu filho vive, disse não ter medo de sofrer qualquer tipo de retaliação pela sua luta. A coragem de Nivia e de muitas mães que denunciam esses grupos, mesmo vivendo em regiões dominadas por eles, é surpreendente. Enquanto Veena Das (2020) divide as resistências heroicas das ordinárias, acredito que muitos atos protagonizados por essas mulheres rompem a resistência ordinária, aproximando-se de certo heroísmo. Vale ressaltar que resistir e lutar quando o assassino mora ao lado não é uma tarefa simples.

Ademais, visitar a casa de outra mãe de vítima pode ser uma tarefa perigosa. Segundo Luciene, “existe uma dificuldade em chegar às mães na Baixada pelo problema da lei do silêncio, de que muitas vezes os assassinos estão no próprio bairro”. Morar ao lado do inimigo, para Luciene, também implica em uma dificuldade tanto da organização do coletivo, como na denúncia dos casos.

Por aqui ser um território mais complicado é difícil, seria mais difícil essas mães encontrarem esse apoio, porque muitas das vezes elas não podiam nem falar sobre esse assunto. **Porque o território aqui não é igual ao das comunidades, é diferente.** A violência naquele território é diferenciada. **Aqui na Baixada está tudo junto dentro do mesmo**

território, tem tráfico, milícia, grupo de extermínio, matador. As pessoas vivem no meio disso, a população vive no meio do medo, do pânico e da indignação. (Luciene)

É com base nessas vivências, na qual as famílias e as vítimas estão próximas a seus assassinos, que sustento uma especificidade na luta da Rede. Portanto, percebemos que existe uma outra forma de articulação na região. Em atos, conversas e reuniões, a condição de mulher, a maior parte negras, e moradoras de regiões periféricas da Baixada é colocada como importante. Diante esse território, à luz do racismo e do assassinato praticado por esses grupos, como é possível promover uma articulação de mães, denunciar as violências e criar os filhos em meio a tantos grupos criminosos? Essas questões tendem a ser trabalhadas nessas páginas. Na próxima seção, discuto a função do gênero e da maternidade diante o luto, a dor e o sofrimento, para em seguida pensar as agências da maternidade nas periferias e a união dessas mulheres em coletivo.

2. O FIM DE DUAS VIDAS EM UMA MORTE: AS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Durante a realização das entrevistas com as mães da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, fiz o seguinte questionamento que abriu uma série de perguntas formuladas previamente: “conta sobre sua trajetória de vida, me fala um pouco sobre quem é você”. Meu objetivo quando preparei as questões da entrevista era de não entrar no tema do assassinato dos filhos. Tinha muito medo sobre o que a narrativa da história que encerrou a vida de um filho pudesse desencadear nessas mulheres, principalmente, vivendo em tempos de pandemia. No entanto, observei, basicamente, duas formas de resposta a essa primeira questão, que não se excluem, mas se completam. A primeira é de que as mães tendem a terminar suas trajetórias com a morte dos filhos. Existe um marcador muito claro no depoimento de Luciene que me atentou mais claramente a essa estratégia.

“Eu nasci no hospital Getúlio Vargas, na Penha, minha mãe morava em Cordovil, depois minha mãe mudou para Irajá, passei um tempo lá, voltei para Cordovil, saí de lá aos 11 anos para morar em Belford

Roxo. Fiquei lá até os 18 anos, que foi quando conheci meu marido, me apaixonei e resolvemos ir morar juntos. Em seis meses, namorei, noivei e fui morar junto. Estamos casados há 37 anos. Sai de Belford Roxo e fui morar direto no Grajaú [Nova Iguaçu], onde tive meus três filhos: Rodrigo, Rafael e Roni. Depois fui morar na Posse [Nova Iguaçu], dali meus sogros foram pra São Paulo. Meu sogro veio buscar meu marido, depois nós fomos e moramos lá por três anos, onde tive minha filha. Daí, voltei para Belford Roxo, para ficar com a minha mãe pra ajeitar a vida e meu marido arrumar um trabalho. Depois voltamos para nossa casinha no Grajaú. Depois eu voltei para o Juriti de novo com a minha sogra e aluguei minha casa no Grajaú. **Dali aconteceu a chacina.** Meu marido estava em São Paulo na época, fui para São Paulo e fiquei nove meses lá. Voltei para a mesma casa no Juriti de novo. Passei a maior parte da minha vida em Nova Iguaçu. **Minha trajetória de vida foi essa.** Assim que eu perdi o Rafael e voltei de São Paulo, fui em uma reunião na prefeitura de Nova Iguaçu”. (Luciene Silva)

A maioria das outras mães entrevistadas teceram suas narrativas cronologicamente, contando sobre a infância, adolescência, casamento, nascimento dos filhos, e terminaram suas histórias com o evento da morte de um filho. O final de suas narrativas é um tanto significativo. Duas vidas se encerram pela morte de um só. A partir desse encerramento, começa-se a viver de outra forma, que sequer fora imaginada um dia. Foi apenas na transcrição do relato que percebi que Luciene terminou de responder a pergunta com: “minha trajetória de vida foi essa. Assim que eu perdi o Rafael (...)”. Essas duas sentenças permitem perceber que existe um encerramento da vida dessa mulher. Apesar de ter ouvido expressões que remetem à morte da mãe quando o filho morre, o modo de narrar a própria história de Luciene coloca em prática o que essas frases, que antes só ficavam na abstração, significam. A vida da Luciene foi encerrada naquele momento.

Encontro no trabalho da Veena Das (2020) uma passagem que, apesar de estar em um contexto muito adverso, pode ajudar em uma reflexão sobre o que é essa vida em luto. De acordo com a autora, as mulheres que foram estupradas no período da Partição da Índia e rejeitadas por sua comunidade posteriormente, ocupam uma zona entre duas

mortes e não entre a vida e a morte. Esse lugar, entre as duas mortes, dá-se pelo luto sobre o próprio corpo violado, como também por uma morte social, dado que a comunidade passa a tratar essa mulher como “morta”. No caso das mães de vítimas de violência do Estado, também existem duas mortes: sua vida anterior ao *evento crítico* está morta e seu filho foi morto. Existe o luto por não ter mais a relação de antes com a própria vida: muitas não voltaram a trabalhar, a saúde é drasticamente afetada, a relação familiar não é mais a mesma e as casas nunca mais terão o cheiro e as conversas animadas de antes. Além do luto pelo filho, que configura quase como um pedaço físico dessa mãe. Perder um filho, como me foi colocado, é sentir, para sempre, uma dor forte no peito e a falta de alguma coisa.

O segundo modo de contar sobre a trajetória de vida marca o surgimento de um novo “eu”. De acordo com Butler (2019) quando perdemos certas pessoas, podemos ser tomados por um sentimento que questiona quem sou “eu” que passa a existir sem “você”¹⁷. De acordo com a autora, se somos constituídos de laços e elos, o “eu” não existe independente de um “você”, porque ele também se torna parte do que compõe esse ser. Se a mãe é feita pelo filho, vice e versa, como encarar uma nova realidade, na qual o filho já não está mais presente? Em meio a isso, a trajetória de vida é contada a partir do assassinato do filho, o que aponta o questionamento sobre a própria identidade, que passa a ser marcada pelo luto. Duas mães, Ilsimar e Elisabete, começaram a narrar suas histórias de vida a partir da morte dos filhos. Esses relatos foram misturados com as pessoas que elas se tornaram, compulsoriamente, depois dessas mortes.

“Eu ingressei na Rede de mães há pouco tempo, tem 2 anos e 3 meses, que é o tempo que meu filho foi morto. Eu perdi meu filho de 17 anos. Eu moro em São João de Meriti, na Vila São João, e no dia 17 de junho de 2018 a polícia matou meu filho que se chamava Victor Hugo de Jesus Pires, juntamente com um amigo dele, Vitor de 18 anos, também morador de São João, da Vila Ruth. Somos famílias daqui. Eu moro aqui há 19 anos. Quando cheguei meu filho era bebê, ele deu os

17 “Se eu perco você, nessas condições, não apenas passo pelo luto da perda, mas torno-me inescrutável a mim mesmo (...). Quando perdemos alguns desses laços que nos constituem, não sabemos quem somos ou o que fazer” (BUTLER, 2019, p.42).

primeiros passos aqui na Baixada Fluminense, foi aqui onde também encerraram os passos dele. Ele foi assassinado pela polícia, no primeiro dia do jogo do Brasil na Copa do Mundo (2018). Foram mortos dois jovens que não tinham passagem pela polícia, não tinha nada que incriminasse os dois como pessoas erradas, eram pessoas que trabalhavam. Eram jovens sonhadores e que tiveram seus sonhos bruscamente interrompidos”. (Ilsimar).

Diante disso, ambas as formas apresentadas de relatar as trajetórias de vida não são colocadas em lados opostos. Iniciar o relato sobre a própria vida com a morte do filho, ou finalizá-lo com esse acontecimento, permitem refletir sobre o modo de se fazer vida após um *evento crítico*. Além disso, por mais que eu não tenha feito perguntas elaboradas sobre o assassinato de seus filhos, o tema vem à tona. Há, inclusive, uma repetição desse fato durante as horas de entrevista. De acordo com Pollak (1989) essa característica nas histórias de vida de quem passou por determinado trauma, sugere que isso deva ser considerado como elemento de reconstrução da identidade.

Desse modo, a perda de um filho/familiar, não altera apenas as trajetórias de vida, mas também reconstituem as pessoas. Luciene me contou que deixou de ser reconhecida por seu nome nos atos públicos, passando a ser reconhecida como “a mãe do menino morto na chacina”.

“Comecei a participar dos grupos lá do rio, comecei a adquirir mais conhecimento das coisas, de leis, de como funciona o sistema criminal, como funciona o movimento da justiça, fui para a corte dos Direitos Humanos e vários outros cursos. Aonde me chamavam, onde tinha algo relacionado aos direitos humanos e violência, eu ia. Eu comecei a me inserir nos espaços, tudo o que tinha relacionado a direitos e a reivindicações eu comecei a ir, **todo mundo começou a me conhecer como a “mãe da chacina”**, ninguém me conhecia como Luciene, era “a mãe da chacina”, “a mãe do menino da chacina”. (Luciene)

Não há dúvidas de que o *evento crítico* da morte de um filho, nesse contexto, altera não só as trajetórias de vida, como também o próprio “eu”. Por mais que essas mães tenham entrado na militância e construído novas carreiras após essas mortes, como o caso de Luciene, que

passou a se envolver ativamente na política, tendo sido candidata em 2020 ao cargo de vereadora em Nova Iguaçu, a trajetória que vale ser contada é sobre quem se era e quem se tornou depois de uma perda precoce e brutal.

As narrativas sobre as vidas dessas mulheres também são carregadas de muita luta e de uma relação quase que orgânica com o território. A condição de habitar periferias da Baixada Fluminense coloca-se como um ponto marcante nos relatos. Todas elas têm o espaço geográfico como um marcador central de suas trajetórias, pois, ao mesmo tempo em que viveram momentos felizes na Baixada, casaram-se, tiveram filhos e os criaram, presenciaram seus assassinatos. Todas continuam morando nos mesmos municípios onde seus filhos foram mortos. De acordo com Araújo (2014), quando os familiares narram suas histórias, sobretudo as mães, falam da violência que se abate sobre suas vidas, suas moradias e o não acesso a direitos e à Justiça. *Reabitar* a vida sob essas circunstâncias não é fácil.

Através das falas dessas mulheres compreendo a forma de como um *evento crítico* altera as perspectivas de futuro, criando uma sensação de suspensão da vida. As trajetórias dessas mulheres, na prática, não acabam nas mortes dos filhos, uma vez que elas passam a percorrer outros caminhos que antes não foram imaginados, como entrar para um grupo de militância. Essa organização política é colocada, algumas vezes, como uma motivação para resistir diante uma vida em luto.

Eu nunca fiz parte de nenhum grupo de militância. Mas eu sempre trabalhei em ajudar minha comunidade, em ação social, em providenciar comida, roupa...mas nunca participei de nenhuma militância. **Após a morte do Vitor que eu me envolvi com a Rede e comecei a acompanhar a luta dessas mulheres.** É uma sobrevivência, quando você tem um filho assassinado, mediante a tanta crueldade, é uma batalha que você enfrenta todos os dias para se manter de pé. **Eu acredito que a Rede me dê forças para continuar, mas que ela também vem do alto, porque de nós mesmos não é.** (Rozinete Santana de Souza)

Portanto, diante um encerramento da própria vida, tendo uma grande modificação no que se esperava do futuro que vai desde uma

refeição em família à comemoração das conquistas do filho e o nascimento de netos, a militância e a religião são colocadas por Rozinete como formas de sobreviver em meio a tanta dor e sofrimento. Uma trajetória de vida é encerrada, aquela na qual vivia-se cotidianamente, contando com a presença desse filho e fazendo planos para o futuro. Além disso, o indivíduo também é transformado pelo luto. Se antes aquela mãe se preocupava com outros afazeres, a partir dessa morte, novas prioridades serão colocadas em sua vida, como uma organização em coletivo.

3. CAMINHADAS, GIRASSÓIS E OBJETOS: A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA E A RELAÇÃO COM OS MORTOS ATRAVÉS DELA

No início deste trabalho, trouxe uma descrição breve sobre a caminhada que refaz o percurso feito pelos policiais na noite de 31 de março de 2005. Naquela parte, a minha principal intenção foi discutir a especificidade do território da Baixada Fluminense e o modo de como isso está presente nas falas dos familiares de vítimas. Neste item, trago uma descrição mais detalhada sobre o evento e as performances que nele são realizadas para pensarmos o lugar da conservação da memória. O objetivo é discutir as estratégias utilizadas pelas famílias na tentativa de manter viva a memória dos mortos

Desde 2006 as mães e familiares refaziam o trajeto da chacina da Baixada. Domingo de Páscoa ou dia útil, todos os anos elas estavam lá, no sol ou na chuva. Com a pandemia, a caminhada não pôde ser realizada em 2020 e 2021, sendo “substituída” por *lives* e vídeos postados na página da Rede de Mães e Familiares e na do Fórum Grita Baixada. O percurso percorrido, inicialmente, se estendia de Nova Iguaçu a Queimados. No entanto, com o passar dos anos, ficou restrito apenas a Nova Iguaçu, sendo percorridos a pé, aproximadamente, 6 km. Em 31 de março de 2019, pude acompanhar o ato. Era um domingo ensolarado por volta de 11 horas, quando me encontrei com o grupo em uma das ruas, que foi um dos pontos mais marcados pela chacina. No total, 10

pessoas foram assassinadas apenas na Rua Gama¹⁸, muitas estavam em um bar, no qual meninos se reuniam para brincarem com o fliperama¹⁹.

O grupo, que avançava a rua, reunia mães e familiares de vítimas desta chacina e de outras, além de apoiadores dos movimentos sociais. As pessoas iam seguindo um carro de som que tocava músicas conhecidas pela militância, como composições de Chico Buarque e de Emicida²⁰. Logo atrás, mães iam abrindo o caminho com um banner repleto de fotos de vítimas da violência estatal, onde podia-se ler: “Rede de Mães e Familiares da Baixada: do luto à luta”. Muitas mulheres vestiam blusas com a foto de seus filhos ou com a logo da Rede e seguravam placas que diziam: “Nossos Mortos têm Voz. (31.03.2005). Homenagem às 29 pessoas assassinadas na chacina da Baixada Fluminense e às Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado”. Na ponta extrema, jovens levavam banners, alguns pediam pelo não armamento de agentes socioeducativos e outros continham frases de efeito, como: “nossos mortos têm voz” e “nossa juventude negra tem voz”. Muitas pessoas levavam lírios brancos.

Em cada local onde uma vítima da chacina tinha sido assassinada, o ato parava, Luciene discursava ao microfone e, em seguida, falava o nome da vítima. Posicionada em frente ao bar, na Rua Gama, ela falou sobre o absurdo das mortes ocasionadas pela chacina e gritou o nome das oito vítimas que estavam no local. Chamou-me atenção que as outras mães que estavam segurando o banner na parte da frente do ato se posicionaram atrás da Luciene para que o cartaz ficasse visível, outros familiares também se colocaram próximos segurando lírios e a placa azul que homenageava os 29 mortos. Também notei uma visível pichação no muro posterior às mulheres, que dizia “saudades Diego”. Logo após a chamada dos nomes, apoiadores soltaram fogos. A caminhada continuava do mesmo modo até outro ponto, onde mais uma

18 A Rua Gama ficou tão marcada pela chacina, que apesar dos assassinatos terem acontecido em outros lugares, o evento passa a ser chamado pelos moradores de Nova Iguaçu como chacina da Rua Gama.

19 Essa descrição da caminhada integra o trabalho que apresentei no 44º Encontro Anual da Anpocs, no GT23: Memória Social e Sociedade: os desafios contemporâneos.

20 As músicas “Mãe” do Emicida e “Apesar de você” do Chico Buarque marcaram o repertório. Ambas as canções apresentam mensagens significativas naquelas circunstâncias.

vez a listagem dos nomes, os fogos e os lírios deixados na calçada pelas mães se repetia.

A colocação estratégica das mulheres atrás da mãe que discursava, com uma faixa cujas fotos de seus filhos estavam impressas, remete ao uso da fotografia enquanto instrumento de lembrança que recria, simboliza e recupera uma presença que cria nexos entre a vida e a morte, o que é explicável do que não é, como Ludmila Catela (2001) analisa. As fotos utilizadas pela Rede, nos cartazes e nas blusas que vestem, também assumem o papel de corporificar a violência de Estado. Mostrar fotos de meninos sorridentes que contrariam as cenas brutais do fim de suas vidas é uma maneira política de mostrar indignação pela perda de uma vida jovem, além de tornarem a vida desses meninos pública, fazendo com que a “estatística” ganhe um rosto, um nome e uma história.

De acordo com Leite (2004), a *foto-símbolo* é feita a partir de uma escolha que combina operacionalidade e construção da figura da vítima. No primeiro aspecto, a foto é cedida à mídia, o que vai permitir uma identificação do caso por ONGs, jornalistas e o público. Por outro lado, a fotografia escolhida, geralmente, realça certos tipos de atributos, como a pouca idade, a condição de estudante ou trabalhador e a vitalidade, o que vai integrar as narrativas das mães sobre o absurdo daquela morte.

Nem todas mães e familiares que fazem parte da caminhada perderam membros da família nessa chacina. De acordo com Vianna e Farias (2011), existe uma importância dentro desses coletivos em comparecer a esses eventos que envolvem outras mães e familiares “(...) cartazes e faixas que podem ser levados por não familiares em atos coletivos. Falamos dessa dupla tessitura, em que os compromissos que já existiam levam à rua e os compromissos feitos na rua abrem as portas das casas (...)” (VIANNA; FARIAS, 2011, p.85). Dessa forma, observei também a presença de outras pessoas que não perderam parentes para a violência protagonizada por agentes do Estado, mas que somaram no ato como forma de apoio.

O protesto terminou cerca de 2km a frente. O fim do ato foi protagonizado por mais uma fala das mães. Logo após, jovens do Levante Popular da Juventude cantaram, fizeram um jogral a respeito da violência na Baixada e encenaram a abordagem policial a negros, que seguiu

contando a história da escravidão no Brasil. Após esse momento, Nivia pediu que todas se reunissem para cantar. Dessa forma, a manifestação terminou com mulheres cantando cantigas conhecidas de manifestações, como “pisa ligeiro”²¹ e “companheira me ajude”²².

Realizar todos os anos o mesmo trajeto não tem apenas uma ligação com as *performances* do luto, mas também funciona a partir de uma mobilização para que por meio da memória dos mortos, busque-se por justiça e luta para tornar a Baixada menos violenta. De acordo com Brasiliense (2006), que estudou a produção de memória da chacina da Candelária pelo jornal O Globo, os aniversários constroem o acontecimento mais uma vez e também instauram a sua valoração coletiva e pública, tendo, no meu caso, as mães e familiares como detentores desse poder. Desse modo, conforme a pesquisadora, nossas memórias não são feitas apenas pelo o que lembramos, mas também por meio da história sobre pessoas e acontecimentos que podem não nos ser diretos.

Ainda de acordo com Brasiliense (2006), tendo em base a teoria de Halbwachs, a memória é uma forma de reconfiguração do passado e um trabalho de enquadrar o que aconteceu por meio das demandas do presente. Desse modo, lembranças são mudadas constantemente por contextos sociais que acionam e selecionam o passado para preencher o presente e configurar o futuro. Dessa maneira, o futuro “se dá a partir de enquadramentos de memórias individuais, (...), que são forjados a partir da memória coletiva, que é modificada no tempo de acordo com as relações, negociações e lutas sociais” (BRASILIENSE, 2006, p.52-53). Sendo assim, a memória sobre a chacina da Baixada e os 29 mortos torna-se constantemente modificada e disputada por meio dos discursos dos atores políticos.

Gostaria de voltar um pouco na descrição do ato, quando enxergo que atrás de Luciene tem uma pichação que comunica a saudade, para discutir minhas impressões sobre essas manifestações na Baixada e em periferias. Bem antes de começar minha pesquisa, sempre fui atenta a esse tipo de pichação, é algo que sempre me chama a atenção. Dentro do ônibus, em minhas idas e vindas diárias, entre Nova Iguaçu e Seropédica ou Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, passava e lia em inúmeros

21 “Pisa ligeiro/Pisa ligeiro/Quem não pode com a formiga/Não atíça o formigueiro”

22 “Companheira me ajude/ Que eu não posso andar só/ Eu sozinha ando bem/ mas com você ando melhor!”

muros, sobretudo das regiões tidas como mais “perigosas”, mensagens de saudades e seus nomes.

É inegável que essas pichações são marcas com a função de não deixar esquecer o nome de vidas jovens que foram tiradas pela violência estatal. Colocar em um muro “saudades Diego” tem a ver com uma prática que busca conservar a memória do rapaz que, provavelmente, era um morador local. Esse tipo homenagem também foi feita por Nivia, que grafitou o rosto de seu filho até o muro divisa com a oficina do miliciano que é um dos responsáveis pelo assassinato do jovem. Esse ato é uma forma de manter a memória do filho viva e desafiar os milicianos que foram responsáveis pelo assassinato.

Eu que tive a ideia do grafite, as mães se apaixonaram depois que eu fiz para o meu filho, tive a ideia lá numa reunião do Fórum Grita Baixada. **O grafite que eu fiz para o meu filho foi lá na casa onde ele cresceu, nasceu e morreu. Eu botei o grafite lá onde ele morreu. O muro ao lado é o do miliciano, o desenho vai até a mecânica dele e eles não puderam falar nada.** Ninguém lá fala um pio comigo, porque eu tô certa. Aí eu botei um monte de onze hora lá, tá muito colorido, coloquei uma espada de São Jorge e agora eu plantei um pé de algodão lá. O assassino passou uma vez lá, olhando o grafite e rapidinho saiu fora. (Nivia)

Desse modo, agindo em uma resistência heroica (DAS 2020), Nivia reuniu num só ato o registro de amor por seu filho perdido, ademais de desafiar seu algoz. Essa também é uma maneira de lutar contra o Estado, uma vez que mortes como a do Rodrigo, um menino negro em um bairro empobrecido de Nova Iguaçu, são facilmente invisibilizadas.

Quando eu vi as manifestações de carinho que fizeram pra ele, fizeram música, tatuagem em homenagem, até hoje as pessoas postam coisas no Facebook dele. Já passaram 5 anos e não foi esquecido. Por isso, eu gosto dessa coisa da memória, dessa manutenção da memória. **A gente sabe que o que Estado faz é tentar apagar essa memória e o que eu faço é tentar fazer a memória do meu filho sempre viva.** (Nivia).

Para além dessa memória política, na qual tenta-se manter viva como uma forma de afronta ao Estado e às pessoas responsáveis pela morte, que também sinaliza as atrocidades cometidas, existe o interesse da manutenção da memória como uma forma de amenizar a saudade e tentar se sustentar forte. Essa memória é constituída por meio da relação com fantasmas. O trabalho de Janet Carsten (2014) aponta para a produção do parentesco também pela via da memória. Para a pesquisadora, o parentesco é organizado por meio de substâncias, que pode ser estendida dos fluídos corporais, como o sangue, o leite materno... para outros tipos de coisas, como casas, comida e a terra.

Essa perspectiva de parentesco é abrangida quando a autora, com base em Sahlins, percebe que também pode ser contemplada por coisas não materiais, como “as presenças fantasmagóricas que indicam a presença persistente do parentesco após a morte” (CARSTEN, p.107, 2014). Levou tempo até que eu entendesse que, algumas vezes, fala-se dos filhos no presente, como forma de manter a relação de parentesco.

Nasci na Tijuca, fui criada na Baixada, sou cria de Nova Iguaçu. Meu pai era militar, **meu irmão, meu filho [Rodrigo] militar, meu sobrinho e daqui a pouco meu caçula**. Minha família é de militar (Nivia).

Outras formas de observar essa conservação da memória e do parentesco é através da relação das mães com seus filhos pela religião e com objetos. Acredito que essa relação com a memória poderia ter sido mais expressa para mim se houvesse a possibilidade de realizar as entrevistas pessoalmente, indo às casas das mães, uma vez que, certamente, encontraria fotos distribuídas pelo ambiente. No entanto, essa relação foi mostrada, mesmo que no campo virtual, de algumas formas.

A foto do perfil de Nivia no aplicativo de chamadas de vídeo é a de Rodrigo, já Maria me contou que ainda guarda o celular usado por Daniel. Trata-se de uma forma de ainda contar com um pedacinho do que foi dele, um meio que ele utilizava para falar com ela. Uma das mais belas formas de entender essa conservação da memória, me foi fornecida por Nivia, ao associar a lembrança do filho aos girassóis que ele a havia ajudado plantar.

Eu tenho alguns girassóis plantados, na rua e aqui fora, em todo lugar que eu vejo um girassol, eu sinto que é a presença do meu filho. Hoje

a gente passou em uma rua aqui em cima, que é uma rua que eu sei que ele passou. Quando eu vejo um girassol eu sei que é onde meu filho passou, e ele passou naquela rua ali. Eu sei que tá nascendo outro girassol, é outro lugar onde ele passou. Eu vejo ele como uma semente, e tá brotando outra sementinha. Você planta o Girassol um com uma semente e quando o girassol nasce, ele aponta para o sol o tempo inteiro, quando ele morre, você vê a quantidade de sementes que tem em uma flor. São muitas sementes, então é como se fosse a extensão da corrente do bem, a gente vai multiplicando as coisas, eu acredito nisso. (Nivia)

Buscar conforto na religião como muitas mães fazem, principalmente na igreja evangélica, plantar girassóis e guardar um celular, são maneiras de procurar a presença dos filhos e são formas de acalantar o coração que dói de tanta saudade. Apesar do *trabalho do tempo* ser fundamental diante o luto, a saudade e a dor não passam, por isso, é tão importante estabelecer técnicas que ainda permitam o exercício dessa maternidade, seja na luta por justiça, em uma caminhada de quilômetros embaixo de um sol forte que refaz o trajeto do assassinato do filho, na conservação dos pertences, na fé e até no contato com a terra pela plantação de flores.

Apesar do relato repetitivo de que uma mãe morre um pouco quando enterra o filho, essa morte não é dada na relação com o jovem, uma vez que, não se deixa de ser mãe, o cuidado e o afeto com esse filho continuam, no entanto, são feitos pela via da memória. São as mães, em maioria, que continuam cuidando desses jovens mesmo após a morte. São elas que lutam pela tentativa de legitimar suas mortes, buscar justiça por elas e manter sua memória viva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Baixada Fluminense é cortada pelos marcadores de classe, gênero e raça. Dados confirmam que a maior parte das vítimas de violência estatal são os jovens negros. De acordo com o Mapa da Desigualdade produzido pela Casa Fluminense, em 2018 as três maiores taxas de letalidade violenta na Região Metropolitana estavam localizadas na Baixada: Itaguaí, com 78,3, Japeri, 74,6 e Queimados com 71,9 a cada 100 mil habi-

tantes. Em Seropédica a porcentagem de pessoas negras assassinadas pelo Estado chegou a 100%, em Mesquita foram 93,8% em 2019.

A agência *necropolítica* do Estado, de acordo com Mbembe (2016), subjuga a vida ao poder da morte, atuando na diferenciação dos corpos que merecem ou não viver, como também incursão do terror. Na Baixada, esse terror atua com mais força sobre as famílias negras. Cabem aos pais ensinarem comportamentos aos meninos que evitem a “confusão” pela polícia, por exemplo: nunca correr, sempre levar o documento de identidade, se possível, a carteira de trabalho, não andar sem camisa e uma série de outras práticas que conferem a finalidade de escapar tanto de apanhar, quanto de ser morto.

Diante uma realidade encoberta de precariedades e vulnerabilidades, são as mulheres as responsabilizadas pela criação dos filhos. Em seu trabalho, Fernandes (2019; 2020) analisa o cuidado e o dever com os filhos como atributo ao sexo feminino, deixando a figura do pai exterior à essas relações. Isso fica evidente em sua análise sobre a atribuição das mazelas da favela à sexualidade feminina. As mulheres, nesse contexto, não são responsáveis apenas pela inscrição das crianças em creches, no cuidado com os pertences dos filhos e tantas outras atribuições, também são responsabilizadas pela carência dos serviços públicos, uma vez que elas fazem filhos demais.

Diante essa intensa culpabilização feminina, é interessante refletir brevemente sobre a categoria “mãe de bandido”. Embora ela não tenha aparecido com recorrência no meu campo, remete a obrigação e a responsabilização da mulher à atenção com o filho para que ele não se torne um “envolvido”. Ser “mãe de bandido” pode carregar o sentimento de vergonha e culpa, por ter “falhado” na educação da criança, como também funcionar em discursos no meio da militância, de que “apesar de ser bandido, não deveria ter sido morto”. Em meu contexto, análogo ao pesquisado por Fernandes, percebo a culpabilização e a responsabilização das mulheres pela conduta de seus filhos e também pelo trabalho do cuidado e dos afetos, mesmo que diante uma realidade produtora de precariedades e vulnerabilidades.

Na época que aconteceu a chacina, e até hoje, eu escuto “ah, mas seu filho morreu inocente”, afirmam isso pra mim a todo tempo. Eu me revolto com isso. Você não pode dizer que meu filho era inocente e

por isso você se compadece da minha dor, mas aquele que não era inocente, diante aquilo que você considera inocente e culpado, ele também tem mãe, ele também tem família. A mesma dor que eu sinto, é a mesma que ela sente. **Nenhuma mãe cria um filho pra ser bandido**, o que acontece no decorrer da vida desse menino, muitas coisas o levam a vida do crime, como a dependência química, o ambiente em que vivem. (Luciene)

Na dissertação discuto de forma mais aprofundada a relação do gênero diante o parentesco. No entanto, para a finalização deste trabalho, considere interessante localizar a posição materna no dever de educar, cuidar e proteger em um território marcado pela *necropolítica*. Como criar um menino negro diante essas questões? O trabalho de cuidado dessas mulheres, no entanto, resiste mesmo nos casos em que esses filhos, infelizmente, são assassinados, visto que esse cuidado tende a ser mantido no zelo pela justiça e memória desses jovens.

Para compor esse texto, que sintetiza o trabalho original, foi feita uma divisão em três eixos. No primeiro, trouxe um recorte do primeiro capítulo, com o intuito de permitir perceber a lógica das violências na qual famílias estão sujeitas na Baixada Fluminense. Pela relação dinâmica entre grupos de extermínio, milícias e o tráfico em um mesmo território, notamos a especificidade da atuação da Rede, cujo coloca familiares de vítimas e seus algozes em uma mesma vizinhança.

Na segunda seção, o conceito de *evento crítico* da Veena Das (2020) foi importantíssimo à medida em que proporcionou um estudo sobre os modos de fazer vida após o trauma de ter perdido uma pessoa amada. Perder alguém é uma experiência transformadora, mesmo que compulsoriamente. O lugar de um filho perdido nunca será completamente preenchido, por mais que o sofrimento tenha transformado as formas de condução da vida e o próprio sujeito.

Diante essa transformação que também é realizada por meio do *trabalho do tempo* (DAS, 2020), vale analisar o surgimento de um sujeito político pela via do sofrimento. Além disso, é interessante perceber que o luto e a dor não são substituídos pela organização e mobilização política, mas se tornam coniventes. Sendo a dor e o luto, muitas vezes acionados, enquanto gramáticas para a legitimação dessa luta.

Se existe uma especificidade na atuação da Rede na Baixada Fluminense, certamente existe uma diferença na criação de filhos e na produção de uma maternidade possível nas periferias. Por último, trabalhamos a manutenção da memória desses jovens através do cuidado materno e da resistência política. A morte de um filho não implica em uma abdicação da maternidade, pois como percebo em reuniões, conversas e atos, elas têm uma *parentalidade* viva com os que se foram, apresentando-se, por exemplo, como mães em exercício e não em um passado. Sendo assim, apreendo a conservação da memória e da convivência sendo mãe de um filho que já não existe mais em um sentido físico, mas com quem se interage através de conversas e de sonhos, além do acionamento das lembranças por meio de fotografias, cartas e documentos.

Este trabalho se relaciona com o tema e a luta pelos Direitos Humanos na medida em que busca destacar a *necropolítica* de Estado, na atribuição de valores distintos às vidas. Ora, se temos direito à vida, porque a vida de uns precisa ser encerrada para “garantir” a de outros? Por que determinados lutos merecem ser vividos e outros não? Seguindo a teoria da Judith Butler (2018), esta pesquisa afirma a necessidade de luta pelo direito à vida de jovens, em maioria negros, que são largamente assassinados pela violência estatal.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano da vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALVES, J. C. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. 1998. 190f. Tese (Doutorado Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ARAÚJO, F. *Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.
- BIRMAN, P.; LEITE, M. P. (org.) *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BRASILIENSE, D.. *As tessituras narrativas do jornal O Globo sobre o acontecimento “chacina da Candelária”*. 2006. 115f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

- BUTLER, J.. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J.. **Vida precária: os poderes do luto e a violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- CARSTEN, J.. A matéria do parentesco. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCR**, São Paulo, n. 6, pp. 103 – 118, jul/dez. 2014.
- DAS, V. **Vida e Palavras: a violência e a sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020
- DAS, V; POOLE, . El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**. FILO: UBA. n. 27, p. 19 – 52.
- ENNE, A.L.S. “**Lugar, meu amigo, é minha Baixada**”: memória, representações sociais e identidades. 2002. 502f. Tese (Doutorado Antropologia). Programa de PósGraduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- ESCURI, Giulia. **Faltam 29: uma análise da cobertura de O Globo a respeito da Chacina da Baixada Fluminense (2005)**. 2018. 95f. Monografia (Graduação em Jornalismo). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.
- _ ENNE, A.L.S. Mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense: a luta por memória e justiça. *In: 44° Encontro Anual da Anpocs*. 2020.
- ESCURI, G.. “**Nossos filhos têm mães!**”:uma etnografia das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. 2021. 126f. Dissertação (Mestado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.
- FASSIN, D.. Another Politics of Life Is Possible. **Theory, Culture & Society** 26 (5): 2009, p. 44–60.
- FERNANDES, C.. “Aí eu não aguentei e explodi”. A expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela. **Etnografias Contemporâneas**, ano 6, n. 10, pp. 154–178. 2020
- FERNANDES, C.. Figuras do constrangimento: as instituições de Estado e as políticas de acusação sexual. **Revista Mana**, Rio de Janeiro. pp.366–390. 2019
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. pp. 285–316
- MAGALHÃES, A.. **As periferias na pandemia: a explicitação da política de precarização e de exposição à morte**. 2020.
- MÁRQUEZ, G. G.. **Amor nos tempos de cólera**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.
- MBEMBE, A.. Necropolítica. **Arte e Ensaios**. Rio de Janeiro, n.32, pp.123 – 151. dez.2016.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, pp. 200 – 212. 1992.
- VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.37, pp. 79 – 116, jul/dez. 2011.

SITES:

A Baixada Fluminense grita paz. Fonte: Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/a-baixada-fluminense-grita-paz>> Acesso em 02 de abril de 2021.

BATISTA, et al. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil.** Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkkk1vkydO/view>> Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. Fonte: Centro Técnico Científico (PUC-Rio). Disponível em: <<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/#:~:text=Apesar%20da%20proximidade%20dos%20n%C3%BAmeros,esse%20valor%20ficou%20em%2038%25.&text=Entre%20os%20cerca%20de%2030,%2C%20aproximadamente%2055%25%20tiveram%20alta>> Acesso em 04 de maio de 2021.

IDMJR – INICIATIVA DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL. **Operações policiais na Baixada Fluminense.** 2021. Disponível em: <<https://dmjracial.com/wp-content/uploads/2021/06/Relatorio-de-Operacoes-Policiais-na-Baixada-.pdf>> Acesso em 31 de março de 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Aspectos socioeconômicos da covid-19: o que dizem os dados do município do Rio de Janeiro?** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200731_nt_diset_n_72.pdf> Acesso em: 10 jan. 2021.

ISER – INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. **Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder.** 2018. Disponível em: <<http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/12/2018-08-06-publicacao71-iser-WEB.pdf>> Acesso em 31 de março de 2021

Mapa da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: Casa Fluminense. 2020. Disponível em: <http://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf> Acesso em 15 de abril de 2021.

MUNIZ, et al. **Brasil registra duas vezes mais pessoas brancas vacinadas que negras.** Fonte: Agência Pública. Disponível em: <<https://apublica.org/2021/03/brasilregistra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/#Link1>> Acesso em 04 de maio de 2021

Filmografia:

NOSSOS mortos têm voz. Direção: Fernando Sousa; Gabriel Barbosa. Rio de Janeiro – RJ: Quiprocó Filmes, 2018